

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
A classe operária vai ao paraíso? O Brasil nas décadas de 1990 e 2000			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Hiran Roedel	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Técnico em assuntos educacionais
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Nas duas últimas décadas, o Brasil vivenciou transformações significativas divididas em dois grandes momentos: o governo do PSDB e o governo do PT.</p> <p>Os anos de 1990 corresponderam ao processo de reordenação das forças políticas e ideológicas, permitindo a emergência de dois aspectos relevantes: um econômico e outro político. No econômico, uma série de medidas foi implantada de modo a adequar a economia do país aos novos parâmetros internacionais, parâmetros esses convencionalmente designados de globalização; já no campo político o cenário implicou na desestruturação do movimento sindical e combate aos movimentos sociais, bem como na afirmação da hegemonia capitalista neoliberal.</p> <p>Este trabalho analisa, portanto, a conjuntura de retrocesso político da classe trabalhadora, vivenciada no país nessas duas décadas, e o papel do PT como força política protagonista.</p> <p>Tal processo implicou em dois momentos, o dos anos 90 que correspondeu à conjuntura de tensão entre a reestruturação econômica e a pressão do movimento sindical, enquanto que na década seguinte percebe-se a acomodação das forças políticas que passa a vivenciar um sindicalismo dócil, adequado à nova dinâmica, ao deslocar a disputa política para o campo jurídico subordinado sindicalismo ideologicamente. Nesse sentido, observa-se a conciliação do modelo de sindicalismo capitaneado pelo PT e o empresariado, representando, desse modo, um refluxo da luta política no momento que a lógica empresarial se constituiu em força ideológica hegemônica.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
PT/PSDB; Neoliberalismo; Brasil			
ABSTRACT			
<p>The present work aims to analyze the interrelationships of years 90 and 2000 of the 20th century, demonstrating that these were decades of affirmation of conservatism in Brazil. Their hegemony, in the country, is based on governments who acted under the perspective of the conciliation of classes, whose main parties representatives of this construction, we 90 the PSDB, and, in the years 2000, the PT, by different paths converge to the hegemony of capitalism of its bias neoliberalism. WHICH brings us to the following question: how broken with ideological hues differentiated, and even opposing, assume similar projects?</p>			
KEYWORDS			
PT/PSDB; Neoliberalism; Brazil			
EIXO TEMÁTICO			
Marxismo e a América Latina			

A CLASSE OPERÁRIA VAI AO PARAÍSO?

O BRASIL NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000

Hiran Roedel¹

Introdução

A passagem da década de 1980 para a década de 1990 não significou simplesmente uma mudança cronológica, mas uma transição econômica, política e ideológica², implicando numa remodelação dos parâmetros societário. Essa nova conjuntura correspondeu ao rearranjo das forças políticas e da afirmação do projeto afinado com a globalização.

Diante das assertivas acima, torna-se importante a caracterização da concepção de sociedade até os anos 80. As disputas de projetos nessa conjuntura merecem algumas divisões e subdivisões. O primeiro grande corte que se apresenta é entre os que apoiavam o regime ditatorial e os que lutavam pelas liberdades democráticas. As subdivisões correspondem à caracterização da luta de classes e os respectivos projetos que fundamentam suas disputas políticas.

A percepção dessas disputas e suas fronteiras se mostram importantes, pois permite observar como nas décadas seguintes esses projetos se confluíram, se afirmaram ou foram derrotados. Nesse sentido, a relação das lutas políticas ocorridas no Brasil com o panorama internacional se faz necessário.

Passemos, então, à caracterização, de forma sucinta, da década de 1980.

As disputas políticas dos anos 80

Os anos 80 têm como grande divisor de águas na política, o embate entre os defensores da ditadura e os defensores das liberdades democráticas. Um embate que não teve como definição principal o mote da luta de classe, mas a disputa entre concepções de projetos nacionais.

Não se tratava, nesse momento, de macroprojetos societários que implicassem em rupturas revolucionárias, o que não significa que projetos com essa perspectiva não existissem, muito pelo contrário. Se do lado dos defensores da ditadura encontrávamos empresários urbanos, latifundiários, frações das classes médias e das classes populares, bem como de trabalhadores, ao lado dos que lutavam contra a ditadura encontrávamos configuração similar. Mas, então, o que os colocava em lados opostos?

¹ Historiador e Doutor em Comunicação

² Utilizo aqui o entendimento de ideologia proposto por Marx em que são “formas nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito (isto é, daquele que emerge dos fundamentos do ser social) e o combatem.” (LUKÁCS, 2010, p. 38).

Como o regime ditatorial correspondeu a uma aliança política civil/militar, cabe definir qual o seu projeto. Já, de antemão, podemos afirmar que esse regime tinha como macroprojeto a atualização do capitalismo brasileiro nos marcos das fronteiras nacionais, porém sem perder o horizonte de sua integração com o mercado internacional.

Sob essa perspectiva, o regime buscou reforçar internamente o bloco de alianças de classe que davam sustentação ao desenvolvimento e expansão das relações capitalistas no país. Ou seja, compunham esse bloco a classe proprietária de terras, a classe de empresários urbanos e as classes médias. Estas, grosso modo, subdivididas em micros, pequenos e médios empresários urbanos, mais os pequenos e médios proprietários rurais, além da burocracia estatal, dos profissionais liberais e da intelectualidade, bem como dos profissionais executivos do setor privado.

As classes médias têm um papel relevante nesse processo, pois elas são a base enunciadora do discurso ético-moralista que se constitui em parte significativa das relações de poder do regime. Em troca, essas classes foram agraciadas com as benesses do crescimento industrial que lhes ofertou maior bem-estar com a ampliação do setor de bens de consumo (LESSA). Nesse sentido, as classes médias, em sua grande maioria, constituem a base de sustentação do projeto do regime ditatorial, cujo teor conservador se expressava pela não inclusão das classes populares nos benefícios desse crescimento econômico.

Enquanto a atualização forçada do capitalismo brasileiro às demandas internacionais foi bem sucedida, as fissuras políticas de frações das classes médias em relação à ditadura não foram capazes de abalar o bloco de alianças de classes hegemônico³. É justamente em fins dos anos 70, com a segunda crise do petróleo e suas repercussões para os anos 80, que se cria o ambiente favorável ao esgarçamento político do bloco.

A crise expõe a fragilidade de um modelo de desenvolvimento econômico sustentado pelo endividamento externo (SKIDMORE, 1988). Nesse momento, a confluência dos fatores econômicos com os fatores políticos possibilitou que outras frações das classes médias se somassem ao coro que via na ditadura o fator fundamental dos males vividos pela sociedade.

O retorno dos exilados políticos, as eleições diretas para as áreas de segurança nacional, a reorganização e expansão do movimento sindical, a reorganização do movimento estudantil todos esses elementos deram outro ritmo político ao país. Com a retomada política de forma plural, mais a

³ Para Gramsci, a hegemonia consiste na primazia da sociedade civil sobre a sociedade política, cujo “aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente reside em seu monopólio intelectual, isto é: na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais: ‘Os intelectuais da classe historicamente (...) progressista, em determinadas condições, exercem tal poder de atração que terminam, em última análise, subordinando a si os intelectuais dos outros grupos sociais (...)’”(PORTELLI, 1977. pp. 65-66).

crise econômica, se organiza uma conjuntura que abre espaço para a ampliação da base oposicionista ao regime. Consequentemente, a partir de então, ocorre o crescimento da pressão do movimento sindical contra a política econômica de arrocho salarial em vigor. Nesse caso, intensificando a luta de classes no país.

A divisão política existente no seio da classe dominante se transforma em crise intraoligárquica, resultando numa crescente fissura do bloco de aliança de classes de sustentação do regime. O grande aglutinador, nesse momento, se torna a campanha das “Diretas Já” que se expressa tanto como fruto dessa conjuntura, quanto definidora desta.

Essa campanha se constitui, em si, no divisor de águas do processo político, pois foi capaz de unificar as oposições dos mais diversos matizes ideológicos. O seu poder de aglutinação resultava na definição do inimigo em comum, construindo o consenso em torno do enunciado das eleições diretas para presidente da república.

Apesar de sua vitória nas ruas, com o forte apoio popular, sua derrota no Congresso Nacional indicava os limites das alianças com setores das oligarquias, além de demonstrar a força da base que ainda se encontrava sustentando o regime. Ou seja, ficava evidente que existiam dois caminhos para se superar a ditadura: 1) a ruptura através da mobilização popular, 2) a negociação/conciliação das oligarquias de ambos os lados submetendo as mobilizações.

A primeira opção era um risco muito grande e que a fração oligárquica de oposição não queria correr. Além do mais, as frações das classes médias da intelectualidade, burocracia estatal etc. não tinham força e nem proximidade ideológica com as classes populares suficientes para assumirem a liderança do processo, reorientando a linha política das alianças. Nesse caso, os partidos de esquerda, cuja base era o movimento sindical, ficavam à mercê dos acordos de cúpula intraoligárquico que definiram como caminho a mudança pelo Colégio Eleitoral em uma composição tipicamente oligárquica com a chapa Tancredo/Sarney, incluindo a convocação de uma assembleia constituinte.

A política de conciliação de classes capturou muito dos partidos de esquerda para um projeto de democracia liberal, mantendo o caráter nacional. Porém, cabe destacar, que esse caminho adotado se confrontaria com as políticas neoliberais ensaiadas pelos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA.

Além disso, não podemos esquecer a entrada em cena da tecnologia de comunicação que possibilitava não só a conexão em rede das praças financeiras, como também toda uma revolução na relação tempo espaço. Nessa conjuntura, o projeto nacional se constitui em um paradoxo aos

interesses do capital internacional que necessita da eliminação das proteções dos mercados nacionais.

Nesse contexto, dois partidos disputam as bases populares com projetos de ruptura com o jogo das oligarquias: o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). O primeiro, liderado por Leonel Brizola, encarnava o velho trabalhismo do período getulista, enquanto o PT, liderado Lula e com grande presença no movimento sindical, representava as bases do que foi denominado de novo sindicalismo.

No campo sindical, a esquerda se dividia entre os que atuavam na Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e os que haviam fundado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fruto da divisão surgida em 1983. Enquanto a CONCLAT, que em 1986 se transforma em Central Geral dos Trabalhadores (CGT), adotando a estratégia da conciliação de classes, o que levou seus dirigentes de base serem tachados de “pelegos”, a CUT, hegemônica pelo PT, apostava no confronto entre capital e trabalho, caminho já enunciado no manifesto de fundação do PT, em 1980:

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá. A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir por meio de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

Com essa estratégia, o PT assume a posição de liderança do projeto de esquerda no país. Sua radicalidade em defesa dos interesses dos trabalhadores durante a Constituinte de 1986/88 avalizou, junto à população, seu protagonismo nas eleições de 1989, apesar de no segundo turno das eleições presidenciais Lula ter perdido para o candidato das oligarquias, Fernando Collor de Mello.

A trajetória do PT, em uma década, o colocou como o partido capaz de representar o novo. Surgia, com ele, a possibilidade de se alterar o bloco de classes hegemônico, rompendo com a prática política das oligarquias. Em sua carta de princípios, “*O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem*”. No mesmo documento destaca, ainda, que “*O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo*”.

Com esse projeto de socialismo, o Partido encanta as classes médias e ganha força enunciativa buscando construir um novo consenso na sociedade brasileira. Sua nova estratégia de

distensionamento gradativo em relação à luta de classes permitiu que o PT, desde a eleição de 1989, conquistasse 1/3 do eleitorado. Nessa configuração, sua base incorporava as classes médias sem abandonar a forte presença no movimento sindical, cuja CUT era seu principal braço articulador.

Mas um novo cenário se abre a partir da década de 1990. A hegemonia do capitalismo, a partir de seu viés neoliberal, se afirma. E o PT, como reage?

Os anos 90 e a hegemonia neoliberal

Essa nova década tem início com alguns episódios marcantes. Enquanto no Brasil Fernando Collor de Mello assumia a presidência, no mundo aprofundava a crise no Leste europeu que pôs em xeque o modelo denominado de “socialismo real”. É necessário destacarmos esse último episódio, pois ele se constitui em um golpe que tira de cena o principal opositor do PT no mundo sindical: os comunistas.

A reforma política da URSS, iniciada em fins dos anos 80, tinha como linha a democratização do regime. Nesse sentido, atacava o modelo estamental e burocratizado que mantinha o conjunto da população soviética à margem das decisões do Estado. Desse modo,

A Reforma política em curso na URSS é o elemento mais importante da Perestroika. As transformações econômicas e sociais estão condenadas ao fracasso desde que não sejam garantidas a democracia e a participação dos cidadãos na aprovação das resoluções adotadas em qualquer nível... a democracia é o oxigênio da Perestroika (**Em Foco**, 1989, nº 73, p.2).

A fragilização do regime soviético abriu espaço para a sua eliminação, em agosto 1991. O clima estabelecido na URSS desde fins dos anos 80, e que se estendeu à década seguinte, foi assim definido por Jacob Gorender:

O antistalinismo deixou de ser encarado como imperativo para recuperação da autenticidade do socialismo e se identificou ao antimarxismo. Por sua vez, o antimarxismo serviu de ponte para a adoção de concepções que vão da social democracia ao capitalismo liberal e às ideologias nacionalistas. (GORENDER, 1991, p.59).

Esses ventos sopraram também no Brasil. Os partidos comunistas, bem como os movimentos de viés marxista foram fortemente abalados. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) sofreu com a onda liberal que avançava, chegando, mesmo, a quase deixar de existir. Sua presença na política nacional, assim como no movimento sindical praticamente desapareceu.

Nessa conjuntura, as análises com corte de classe cedem espaço para concepções de caráter ético-moral. Inicia o período de afirmação da linha discursiva, mesmo daqueles que se dizem de esquerda, se distancia do mote da luta de classes. A ética passa a ser a tônica que passava a orientar a postura política. Mas que ética?

Sem o contraponto da URSS, mesmo antes de seu fim, pois ainda nos anos 80 esta já havia perdido seu poder enunciativo, emerge, sob a forma de pensamento único, o discurso da ética do mercado. De acordo com essa linha, a livre concorrência é a força propulsora do crescimento econômico e a globalização é o sinônimo de democracia. Ou seja, não só o mercado é entendido como o espaço naturalizado da ética, como o consumo é transformado no símbolo democrático.

Como fundamentação ideológica, o discurso da pós-modernidade, que rompe com a totalidade apostando na fragmentação da realidade, passou a ser o mote. Defendeu-se a impossibilidade de sustentação e afirmação de metadiscurso político e/ou econômico, de projetos revolucionários que abarcassem e articulassem o conjunto da sociedade. Passou-se a afirmar que nesta semente se pode intervir de modo pontual, não mais de forma global como fora a visão até o século XX. Nesse caso, a coisa pública passou a ser entendida como questão de gestão e, portanto, de profissionais estabelecidos no mercado.

No caso do Brasil de início dos anos 90, esse foi o mote do discurso generalizado das forças políticas. O avanço da ideologia neoliberal do Estado mínimo associada ao conceito de globalização dos mercados, cuja síntese se expressa na ética do mercado, pode ser apontado na frase emblemática do presidente Collor: “*Quem não tem competência não se estabelece*”.

Mas os políticos no Brasil, contudo, não têm por hábito assumirem suas posições como sendo de cunho conservador. Dessa forma, a matriz neoliberal sempre foi negada, como demonstra a frase do presidente Fernando Henrique Cardoso, publicada pela revista *Veja*: “*Só quem não tem nada na cabeça é que fica repetindo que o governo é neoliberal. Isso é neobobismo.*” (*Veja*, 2 de abril de 1997).

A linha condutora dessa ética se entrelaça e se molda à tradição patrimonialista⁴ da política brasileira. Seu aparente contraponto foi a emergência do discurso moralista, pois não atacava frontalmente os princípios da ética neoliberal no sentido de caracterizar a condução da coisa pública como um mero ato de gestão. Nesse sentido, o abandono do corte de classe constituiu a marca da nova esquerda que, por sua vez, não se caracterizava mais como tal.

Se observarmos a campanha do *impeachment* do presidente Collor, em 1992, esta teve como único mote mobilizador a questão da corrupção. Seu governo não foi atacado por seu viés neoliberal, mas pelo aspecto moralista. Sendo assim, a “nova esquerda” incorporava e aceitava o moralismo como um dos aspectos de sustentação do sistema das relações de poder na formação social brasileira, estabelecendo juízos morais absolutos e descontextualizados historicamente.

⁴ Patrimonialismo

Mas o que diferenciaria essa “nova esquerda” da “nova direita”? Ou seja, qual a diferença entre o PT e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)? Óbvio está que na questão da gestão da coisa pública, ninguém, em sã consciência, se assumiria a favor da corrupção.

Esses partidos se constituíram como os dois principais símbolos da nova política brasileira nas décadas de 1990 e 2000. O PSDB, sob a presidência de FHC, nos anos 90, é o grande responsável por lançar as bases da reforma do Estado, objetivando sua adequação às exigências do neoliberalismo e da globalização. Nesse sentido, o embate girava entre PSDB x PT, que se encontravam no centro da política do país. Na estratégia discursiva Fernando Henrique, o PT era acusado de fazer a política do “quanto pior melhor” e, por isso, afirmava que: “*Os catastrofistas devem pôr as barbas de molho. 98 será melhor que 97.*” (Veja, 1998).

Indo além do mero jogo de cena partidário/midático, vêm à tona as relações de poder que alicerçam o campo político. Nesse aspecto, o bloco político hegemônico se encontrava firmado, principalmente, entre PSDB e o Partido da Frente Liberal-PFL (atual DEM) e estendido nas eleições de 1998 também para o PP e o PTB, cujo caráter de classes ia desde os tradicionais latifundiários, passando pela classe empresarial urbana e as classes médias encantadas com o consumismo possibilitado pelo Plano Real. Cabe, no entanto, destacar que a fração das classes médias vinculada ao aparato burocrático do Estado, em decorrência da política do Estado mínimo, em sua grande maioria, assume postura de oposição a esse bloco de alianças.

Se por um lado o PSDB é a força capaz de atualizar o capitalismo brasileiro aos parâmetros da globalização, por outro o PFL se caracterizava pela velha política do mandonismo local, do coronelismo, do “voto de cabresto”. Com isso, a atualização assumia um perfil conservador, pois mantinha fora do poder de decisão política as classes populares ao mantê-las como meras plateias legitimadoras do jogo eleitoral a partir do voto.

Mas e o PT, qual seu leque de alianças?

Ao longo dos anos 90 o PT aglutinou, em torno de sua legenda e de seu principal expoente, o Lula, as forças que compunham, por assim dizer, a centro-esquerda, a época. Nas eleições presidenciais de 1994, o PT compôs aliança com o PSB, PCdoB, PPS, PV e PSTU. Nas eleições seguintes, 1998, a composição se configura da seguinte maneira: PT/PDT/PSB/PCdoB/PCB.

Nas eleições de 1994, a proposta de governo assumia o título de “*Uma Revolução Democrática no Brasil - Bases do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores*”. Nessa proposta, o novo governo, caso fosse eleito, assumia o compromisso de “*inverter radicalmente as prioridades*”:

Queremos afirmar claramente nossa disposição de inverter radicalmente as prioridades que nortearam até agora os governos deste país.

Este é o programa de um governo que submeterá todos seus objetivos à meta central de combater a pobreza e a indigência que atingem metade da população brasileira. Para atacar a exclusão social, concentraremos nossas iniciativas no combate à fome, ao desemprego, ao abandono dos menores, ao descalabro da educação e da saúde, a ausência de moradia e de saneamento.

É a partir destes objetivos de combate à exclusão social que se organizará o conjunto da ação governamental, especialmente sua política econômica.

Por estas razões queremos constituir um governo de reformas, que, pela primeira vez em nossa história, impulsionará uma reforma agrária e políticas agrícolas capazes de entregar terra a quem necessita, democratizar a propriedade e sustentar nossa meta de alimentar todos os brasileiros. (**Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores**).

Nesse programa, as linhas mestras estavam de acordo com bandeiras históricas das esquerdas. A luta de classes ainda era o norte político-ideológico quando afirma a necessidade, por exemplo, da reforma agrária.

No que concerne às eleições 1998, cuja aliança era PT/PDT/PSB/PCdoB/PCB, o viés se constitui a partir do programa: “União do Povo – muda Brasil -Diretrizes do Programa de Governo”. Nele, além da ofensiva contra a desnacionalização da economia e do desmonte do Estado, o combate à política das elites também eram identificadas como práticas que levaram à instabilidade social. Apontava, com isso, que o compromisso dessa aliança era o de valorizar as demandas sociais e a defesa dos interesses nacionais se colocando frontalmente em oposição às políticas neoliberais do governo FHC que

Comprometeu a estabilidade social do país. Ficamos cada vez mais dependentes e ameaçados pelos especuladores internacionais. Vivemos sobressaltados com os movimentos das bolsas de valores pelo mundo afora e com a instabilidade financeira.

O governo federal desestruturou e desnacionalizou nossa indústria e nossa agricultura, provocando desemprego e exclusão social.

As elites rejeitam um projeto nacional de desenvolvimento e se recusam a adotar políticas agrícola, industrial e de ciência e tecnologia. Com isso, o Estado perde instrumentos estratégicos de defesa dos interesses nacionais.

(<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/uniaodopovomudabrasil.pdf>, p. 4).

Podemos perceber que até as eleições de 1998, o PT endossava as propostas tradicionais das esquerdas. Nesse sentido, seu programa de governo mantinha o foco discursivo na reforma agrária, na reforma urbana, no combate à fome, bem como na questão nacional.

Ao se encerrar a década de 1990 e com três eleições presidenciais perdidas para as forças conservadoras, o PT se consolida como o maior partido de massa do campo da esquerda. As diversas correntes que compõem a direção do partido, em nível nacional, mas hegemônicas pela tendência da Articulação, constroem um novo caminho para chegar ao poder, o que implicava na aliança com parcelas do empresariado.

Uma mudança de postura política que já se apontava nas eleições de 1998, quando frei Beto comentou os posicionamentos de Lula:

Ele ficou mais pragmático e menos ideológico. Quase não fala mais em socialismo ou luta de classes. Já descobriu que qualquer mudança tem que ser lenta e que medidas sociais contundentes têm que ser tomadas sem colocar a oligarquia como o inimigo, embora mantendo um compromisso visceral com os excluídos, com a idéia de que é fundamental que todo brasileiro tenha direito a, pelo menos, um prato de comida por dia. (Folha de São Paulo, 1998).

Apesar da postura mais moderada, o PT entra na nova década se posicionando contra o neoliberalismo, o que foi apontado no programa de governo para a eleição presidencial de 2002.

É indispensável, por isso, promover um gigantesco esforço de desprivatização do Estado, colocando-o a serviço do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados. Desprivatizar o Estado implica também um compromisso radical com a defesa da coisa pública. A administração deixará de estar a serviço de interesses privados, sobretudo dos grandes grupos econômicos, como até agora ocorreu. Um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos é também a melhor arma contra o desperdício e a corrupção.

Outro posicionamento histórico apresentado no Programa e que o PT era o compromisso com as classes populares. Contudo, a proposta de um novo contrato social, quando posto no contexto político de sua relação com a conjuntura de 2002, se apresenta dúbio. Ou seja, o novo contrato pode ser entendido como a aliança com frações das classes dominantes e, portanto, também com as velhas oligarquias.

Só um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País mais justo econômica e socialmente permitirá aprofundar a democratização da sociedade, combatendo o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo. Na busca de um novo contrato, a mobilização cívica e os grandes acordos nacionais devem incluir e beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Só assim será possível garantir, de fato, a extensão da cidadania a todos os brasileiros. (idem, p. 2)

As propostas de contrato social diziam respeito, na realidade, a um novo pacto federativo, como pode ser observado no Programa:

O contrato social que desejamos promoverá não só a independência entre os três poderes da República como também uma relação mais equilibrada e respeitosa entre União, estados e municípios. Somente um novo pacto federativo poderá corrigir as históricas desigualdades regionais, agravadas nos últimos oito anos, quando a União descentralizou atribuições e encargos administrativos para estados e municípios, ao mesmo tempo que concentrou recursos em Brasília. O novo pacto deverá observar os seguintes princípios:

- (a) uma política tributária justa;
- (b) pleno cumprimento do orçamento federal;
- (c) novos critérios de financiamento compatíveis com o modelo de desenvolvimento que buscará a integração equilibrada do País;
- (d) respeito à diversidade e às especificidades regionais e locais nas suas dimensões econômica, social, política, ambiental e cultural;
- (e) reconstituição de agências regionais encarregadas de aplicar políticas de desenvolvimento. Os problemas regionais têm de ser entendidos como questões nacionais, que pedem um esforço do Estado e de toda a sociedade brasileira para resolvê-los. (idem, p. 3).

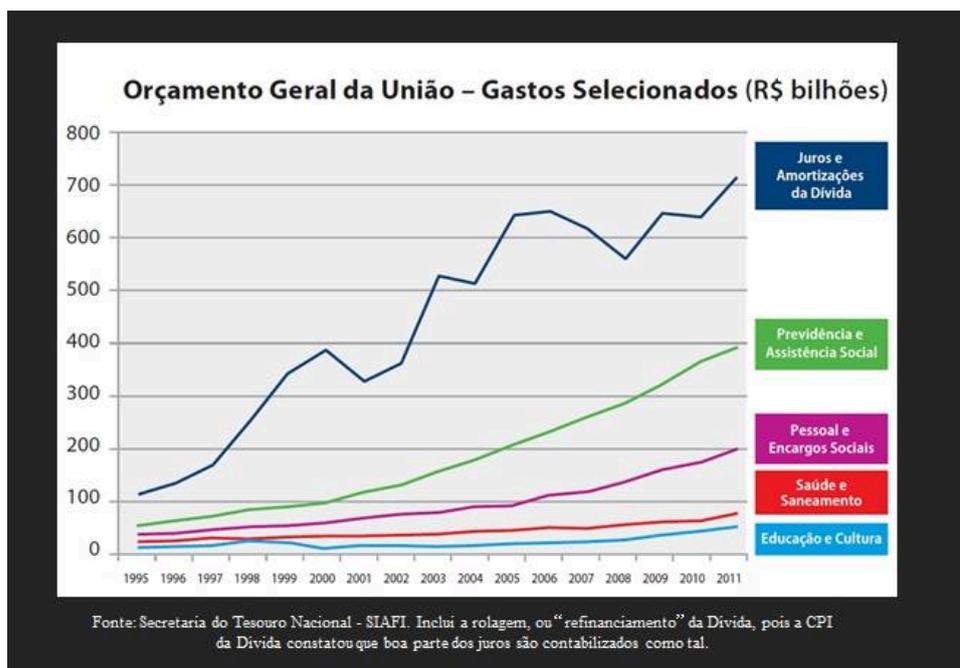
Se o programa de governo apontava para medidas que buscavam romper com práticas historicamente estabelecidas de controle do Estado nas mãos das tradicionais oligarquias, na “Carta ao Povo Brasileiro”, de junho de 2002, o PT patina e recua. Sua taxativa afirmação de que a *“Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país”*, um claro recado ao empresariado e investidores externos de que não promoveriam rupturas. E mais, garantia que *“As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais”*.

Com essa guinada legalista, o PT afirmava sua disposição em compor um governo que tivesse a marca da conciliação de classes. Isso fica evidente quando na Carta afirma que *“Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar.”* Nesse momento, é posta a questão de como valorizar o agronegócio, que se afirma no controle da grande propriedade rural, e a agricultura familiar? Ou seja, como garantir a agricultura familiar, que exige a reforma agrária, e o agronegócio que necessita da manutenção da estrutura fundiária?

Sob essa incoerência, Solange I. Engelmann e Aldo Duran Gil apontam a opção do governo Lula em não se alterar a estrutura fundiária do país. Para isso, os autores destacam a inconsistência, por exemplo, dos números de 519 mil famílias assentadas da no período de 2003-2008, afirmando que:

... nesse período foram assentadas somente 183.308 novas famílias. Nesse contexto, também se observa certa conformidade social por parte dos movimentos sociais e sindicais em relação à postura do governo Lula (*“falsa reforma agrária”*), o que teria provocado a diminuição do volume de protesto por parte dos sem terra, se comparado aos outros governos. No entanto, *“o governo finge que faz a reforma agrária, e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar. (A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST.)*

Outro dado interessante que demonstra a opção de classe do governo Lula, são os gastos apontados no Orçamento Geral da União. Neste, observa-se a clara disposição em atender aos interesses dos especuladores internacionais do sistema financeiro, quando se compara a elevação do pagamento dos juros e amortizações da dívida com os gastos sociais.



Para manter a mesma lógica de subordinação aos interesses das classes dominantes locais e do sistema financeiro internacional praticada por seus antecessores, o governo Lula, em 28 de fevereiro de 2003, assinou uma carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional-FMI no compromisso de promover a reforma da previdência. Cabe lembrar, que essa mesma reforma já havia sido tentada sua aprovação quando do governo FHC, porém em meio a dificuldades políticas no Congresso, foi posta em espera. Nesse sentido, Maria Lúcia Fattorelli aponta que:

No início de seu governo, Lula assinou Carta de Intenção com o Fundo Monetário Internacional - FMI, comprometendo-se a encaminhar ao Congresso Nacional, entre outros projetos, a Reforma da Previdência. O teor da reforma seguia os mesmos moldes exigidos pelo FMI há muitos anos, conforme já havia sido tentado por FHC por meio do PL -9/99, Rejeitado à época devido à oposição então exercida pelo PT.

Ampla cobertura de mídia registrou a atitude de Lula, que não deixou a menor dúvida quanto ao seu empenho em obedecer ao FMI quando solenemente subiu a rampa do Congresso e entregou ao Legislativo a proposta de Emenda Constitucional no. 40, cujos principais objetivos eram:

- Privatizar a Previdência do setor público;
- Transformar o Regime de Solidariedade para um Regime de Financeirização sujeito a regras de mercado;
- Instituir imposto para os inativos – aposentados e pensionistas - sob a roupagem de “Contribuição”;
- Estabelecer idade mínima para aposentadoria;
- Reduzir o valor das pensões;
- Quebrar a paridade e a integralidade. (FATTORELLI).

Fica evidente, que o governo do PT optou por uma conciliação de classes, como se isso fosse possível. Mas pela desconfiança de origem de classe que o empresariado cultivou em relação ao Partido dos Trabalhadores, o poder econômico impôs a afirmação de seus interesses, impedindo qualquer alteração das regras acordadas. Diante do fato de que “*A base representa o obstáculo final contra o qual uma política socialista exerce pressão contínua*”, os ataques às políticas de caráter

social era o contraponto político para manter a tensão política. Mas cabe a pergunta: existia força socialista no governo?

Óbvio está que os partidos políticos que compuseram a base do governo e que tiveram, algum dia, a designação de esquerda, ou melhor, de socialistas, já haviam perdido o rumo ideológico e passaram a apostar na institucionalidade e no controle de máquina com único objetivo de participar do jogo eleitoral da democracia representativa burguesa. Nesse sentido, as alianças no Congresso com forças arcaicas, deu ao governo, apesar da carismática presença de Lula, o ônus da sustentação do mandonismo dos coronéis de uma parcela do PMDB.

Levando em consideração que a base do governo era composta pelo PT, PMDB, PSB, PTB, PDT, PC do B, PV e PP, podemos perceber quem de fato dava as cartas nesse jogo político. Isso fica mais evidente quando observamos o quadro das eleições de prefeito de 2008:



Esse quadro mostra a força do PMDB e dos partidos conservadores, pois os prefeitos são a base política junto ao eleitorado. Soma a isso, o poder desse partido no controle do Congresso Nacional. Lembremos que o PMDB presidiu o Senado de 2001 em diante, tendo apenas um pequeno interregno, em 2007, com Tião Viana do PT.

Finalmente, as conjunturas dos anos 90 e 2000 aqui apresentadas, constituíram na organização de um novo modelo político em decorrência da remodelação dos parâmetros societário. Nesse caso, podemos iniciar a conclusão de nossa análise destacando as linhas mestras que orientaram esse cenário.

Conclusão

Defendemos a tese de que as décadas de 1990 e 2000 representaram um retrocesso. Mas em relação a que? Em relação, em especial, à luta dos interesses dos trabalhadores na perspectiva de ruptura com as práticas políticas tradicionais do mandonismo e do coronelismo.

Outro aspecto a ser destacado, é a condução pelas classes dominantes da entrada do Brasil no jogo neoliberal. Esse processo foi conduzido pela aliança das forças políticas arcaicas e do empresariado urbano brasileiro na condição de sócio do capital globalizado.

Na primeira década, o predomínio da aliança PFL/PSDB constituiu a base dessa mudança de rumos. Enquanto o PFL, em sua grande maioria, representava os interesses da tradicional classe de grandes proprietários de terras detentores da prática do mandonismo local, do coronelismo, o PSDB se ligava mais ao empresariado urbano em sintonia com o capital globalizado.

Com essa base, o neoliberalismo se ergue no país alicerçado pelo arcaísmo do PFL. Uma dicotomia que se expressa a partir de um rígido controle e dependência da população rural de modo a impedir a alteração da estrutura fundiária e, ao mesmo tempo, possibilitar a modernização do campo com a entrada do agronegócio.

O PSDB, braço do neoliberalismo, principalmente no meio urbano, atuou no sentido de desmontar a infraestrutura estatal através da política de privatizações com utilização de dinheiro público. Por outro lado, implementou reformas trabalhistas objetivando a retirada de direitos dos trabalhadores, o que era facilitado pelo domínio conservador no Congresso.

Como contraponto a essa política, encontramos o PT e o MST. A luta pela reforma agrária ganha vulto e o movimento sindical urbano viveu uma década de intensas mobilizações.

O que muda em relação à década seguinte? Muito pouco. A principal alteração se dá na composição e orientação política do PT.

O Partido dos Trabalhadores reorienta seu discurso, a partir da “Carta ao Povo Brasileiro” onde ele busca a conciliação de classes. Ou seja, o Partido busca ampliar sua base social se mostrando confiável ao empresariado urbano com a estratégia de respeito aos contratos e que “As

mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais”. Nesse caso, era a mesma coisa afirmar que, diante de um Congresso dominado pelas forças conservadoras, essas não ocorreriam de modo a colocar em risco os interesses empresariais.

O apassivamento do MST fazia parte da estratégia como forma de manter inalterada a estrutura fundiária, tão fundamental ao avanço do agronegócio. Por isso, o Movimento denunciou, em 2007, que:

Quanto aos recursos financeiros, é verdade que essa gestão aumentou em relação ao governo FHC (1995-2002). É uma vergonha a comparação com aquele governo que arquitetou a destruição da economia nacional e a privatização das grandes empresas estatais para atender os interesses do capital internacional.

É cabível apenas a comparação com o próprio governo Lula e, por esse parâmetro, houve uma redução de 62% em áreas desapropriadas, sendo o pior resultado do período de cinco anos. Ou seja, governo perdeu para ele mesmo.

Mesmo com a ampliação dos recursos financeiros do ministério, esse volume é 10 vezes menor do orçamento disponibilizado ao Ministério da Agricultura, que atua para atender os interesses do agronegócio. Nesse sentido, as 150 mil famílias acampadas seguem à beira da estrada e a Reforma Agrária perde para poucos latifundiários, com apoio do governo Lula.

O regime do capital no Brasil podia contar, agora, com uma liderança carismática de forte apelo popular para implementar as reformas tão necessárias a sua estabilidade. Podemos dizer, mesmo, que o objetivo sempre foi o de defender os paradigmas de regime, o que fica evidente pela opção de participar exclusivamente do jogo institucional, cujas regras foram estabelecidas de modo a não permitir riscos.

A própria base de sustentação do governo no Congresso demonstra o domínio das práticas políticas arcaicas. Dessa forma, os governos do PT representaram uma *vitória de pirro* para a classe trabalhadora, pois as consequências diante da desmobilização e o apassivamento do movimento sindical têm implicações graves.

O seu controle como correia de transmissão do governo tem inibido a luta de classes, mantendo inalterada a trajetória do regime do capital, no campo e na cidade. Sua opção conservadora perpetua o mandonismo no meio rural e a submissão dos trabalhadores urbanos aos artifícios ofertados pelo regime, como, por exemplo, crédito fácil para a aquisição de bens de consumo. Outro aspecto que se destaca é o acirramento do individualismo pautado pelo consumo condicionado ao endividamento pessoal, além da própria desmobilização política da massa de trabalhadores que assiste o desmantelamento de suas conquistas sociais de maneira passiva. Ganhos pelo consenso capitalista, as classes populares e a classe trabalhadora se constituíram, desse modo, como base de sustentação acrítica da afirmação dos padrões societários estabelecidos pela globalização neoliberal.

Bibliografia:

FATTORELLI, Maria Lucia. *É NULA a Reforma da Previdência de Lula*. In: **Auditoria Cidadã da Dívida**: www.auditoriacidada.org.br

GORENDER, Jacob. *Perestroika: origens, projetos e Impasses*. São Paulo: Atual Editora, 1991.

LESSA, C. **A estratégia de Desenvolvimento – 1974-1976: sonho e fracasso**. Campinas: UNICAMP, 1998.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o boco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Fonte Primária:

A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. In: **Revista Eletrônica do CEMOP-Nº 02** - setembro de 2012, p. 7 - www.memoriaoperaria.org.br)

Folha de São Paulo, 19 de julho de 1998).

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo Partido dos Trabalhadores ([www.pt.org.br/Fundação Perseu Abramo](http://www.pt.org.br/Fundação%20Perseu%20Abramo) - www.fpabramo.org.br).

UNIÃO DAS SOCIEDADES DE AMIZADES COM A UNIÃO SOVIÉTICA. Voto Consagrou Socialismo de Face Nova e mais Humana. **Revista Em Foco**. Rio de Janeiro, nº 73, p. 4 -5, 1989.

Revista Veja, 7 de janeiro de 1998

<http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>

<http://www.mst.org.br/jornal/279/editorial>